



Homologado na 6ª REP, de  
24/09/2020

## **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL** **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

### **Câmara Técnica de Atenção à Saúde das Mulheres**

#### **PARECER TÉCNICO Nº 05/2020**

Resposta ao Processo Administrativo nº 354/2020 sobre a atuação da enfermeira para inserção do Dispositivo Intra Uterino (D.I.U.) no Estado do Rio Grande do Sul (RS).

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação da Área Técnica da Saúde da Mulher do Estado do Rio Grande do Sul de um parecer sobre a atuação da enfermeira para inserção do D.I.U.

#### **II – ANÁLISE FUNDAMENTADA**

A Enfermagem atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde humana, com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais, regida pela Lei do Exercício Profissional (Lei nº 7.498/1986) e Decreto regulamentador (Decreto 94.406/1987).

Conforme Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres – PNAISM, do Ministério da Saúde, entre suas prioridades está a Saúde Sexual e Reprodutiva, cuja implementação exige profissionais capacitados para o enfoque e discussão de temas variados, muitos deles considerados complexos, como liberdade e autonomia, com vistas ao pleno exercício da sexualidade por parte de mulheres e homens, nas diferentes faixas etárias, dentre os quais o planejamento reprodutivo. (MANUAL DIU).

De acordo com o Protocolo de Atenção Básica – Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde, “A inserção de DIU pode ser realizada por médico(a) e



## **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL** **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

enfermeira(o). A enfermeira(o), após treinamento e cumprindo o disposto na Resolução COFEN nº 358/2009, o Parecer 17/2010 do COFEN e o posicionamento do COFEN de 26/12/2019, está apta(o) a realizar consulta clínica e a prescrever e inserir o DIU como parte das ações intraconsulta”. Por isso,

Considerando o Art. 226, § 7º da Constituição Federal de 1988, que reconhece e garante a contracepção como direito da(o) cidadã(ão) bem como o direito de escolha reprodutiva como um direito de mulheres e de homens.

Considerando as diretrizes nacionais para a consolidação dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que manifesta como prioridade a garantia “dos direitos de homens e mulheres, adultos(as) e adolescentes, em relação à saúde sexual e à saúde reprodutiva, enfocando, principalmente, o planejamento familiar” (BRASIL, 2005).

Considerando a Lei Federal nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 que trata do planejamento familiar como direito de todo cidadão, representado pelo conjunto de ações de regulação da fecundidade para a garantia de direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.

Considerando que a Rede Cegonha, estratégia do Governo Federal, instituída por meio da Portaria Nº 1.459/11 para implantar e implementar uma rede de cuidados que assegurem à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, estimulando a inserção do enfermeiro obstetra na assistência ao parto de risco habitual.

Considerando que o Brasil assumiu o compromisso de implementar a Agenda 2030 para a implantação e implementação de ações de Desenvolvimento Sustentável até o ano de 2030, cujos objetivos que têm como metas assegura o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e



## **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL** **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

programas nacionais e internacionais como o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão .

Considerando que um dos objetivos da Política Estadual de Atenção à Saúde da Mulher no RS é promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres no território gaúcho mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde.

Considerando a Portaria nº 3.265, de 1º Dezembro de 2017 que dispõe sobre a ampliação do acesso ao Dispositivo Intrauterino TCU 380 (DIU de cobre) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) ao afirmar no Art. 37- que os mesmos “poderão ser disponibilizados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios às maternidades integrantes do SUS, para anticoncepção pós-parto (APP) ou pós-abortamento (APA) imediatas”.

Considerando os Pareceres Nº 17/2010 e Nº 002/2014 do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, que afirmam não existir impedimento legal para que a enfermeira realize consulta clínica, prescrição de medicamentos e solicitação de exames complementares e de rotina para atender à ampliação da oferta do DIU às usuárias do Sistema Único de Saúde.

Considerando o Parecer nº 278/2017 do COFEN que reafirma não existir impedimento legal para a Enfermeira realizar Consulta de Enfermagem no âmbito do planejamento familiar, com a indicação, inserção e retirada de DIU, desde que este profissional seja devidamente treinado para esta técnica.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

### Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

Considerando o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem onde reafirma o comprometimento com a produção e gestão do cuidado prestado nos diferentes contextos socioambientais e culturais em respostas as necessidades da pessoa, família e coletividade como Princípio Fundamental da Enfermagem e a aplicação do processo de enfermagem como instrumento metodológico para planejar, implementar, avaliar e documentar o cuidado à pessoa, família e coletividade como um de seus Direitos;

### III – CONCLUSÃO

Esta câmara Técnica, com o compromisso de facilitar e ampliar o acesso universal aos direitos sexuais e reprodutivos, e na prerrogativa que inexistente impedimento legal, científico, profissional e ético conclui que a enfermeira é profissional apto a colaborar em todas as ações governamentais inerentes a inserção do DIU sendo recomendado a capacitação para essa ação e elaboração de protocolo específico.

É o parecer.

---

Luciane da Silva  
COREN RS 105758

---

Cecilia Maria Brondani  
COREN RS 36170

---

Maria Rejane Seibel  
COREN RS

---

Virgínia Leismann Moretto  
COREN RS 33711

---

Glauber melo da Silva  
COREN RS

---

Mariene Jaeger Riffel  
COREN RS 12626

---

Cláudia Elisélen Montardo  
COREN RS 206447



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73

### IV- REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo.** Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha\\_direitos\\_sexuais\\_reprodutivos.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf). Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. Parecer nº564/2017. **Dispõe sobre aprovação do novo código de ética dos profissionais da enfermagem.** Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html). Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 94.406/87. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências,** 1987. Disponível em: < [http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687\\_4173.html](http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html). Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Lei nº. 7498/86 de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.** Legislação do Exercício Profissional de Enfermagem, 1986. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junhode-1986\\_4161.html](http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junhode-1986_4161.html). Acesso em: 18 set. 2020.

PARECER TÉCNICO COREN-PE Nº 024/2018: **Inserção de DIU pós-parto por enfermeiros.** 2018. Disponível em: [http://www.cofen-pe.gov.br/novo/parecer-tecnico-coren-pe-no-024-2018\\_14791.html](http://www.cofen-pe.gov.br/novo/parecer-tecnico-coren-pe-no-024-2018_14791.html) - Acesso em: 18 set. 2020.

PARECER TÉCNICO COFEN Nº278/2017. **Dispõe sobre viabilidade dos enfermeiros realizarem procedimentos com medicamentos e insumos para planejamento familiar reprodutivo.** Disponível em: <http://se.cofens.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PARECER-278-2017.pdf>. - Acesso em: 18 set. 2020.

PARECER TÉCNICO COFEN Nº 17/2010- CTLN. **Esclarecimentos acerca da viabilidade técnica de os Enfermeiros que atuam nos serviços públicos de saúde inserir Dispositivo Intrauterino (DIU) no âmbito do SUS.** Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/parecer-n-172010-cofen-ctln\\_6148.html](http://www.cofen.gov.br/parecer-n-172010-cofen-ctln_6148.html). Acesso em: 18 set. 2020.



## **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL** **Autarquia Federal - Lei nº 5.905/73**

**COFEN. COFEN e ABENFO se manifestam sobre suspensão de inserção do DIU.**

Disponível em:

[http://www.cofen.gov.br/cofen-e-abenfo-se-manifestam-sobre-a-suspensao-da-insercao-do-diu-por-enfermeiros\\_76570.html](http://www.cofen.gov.br/cofen-e-abenfo-se-manifestam-sobre-a-suspensao-da-insercao-do-diu-por-enfermeiros_76570.html). Acesso em: 1